



## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM MEIOS DE PUBLICAÇÃO DO IF GOIANO

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo, a partir desta data, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar, gratuitamente, através dos seus meios de publicação (na forma digital ou impressa), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o material bibliográfico, resultante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a fim de publicação da produção científica brasileira.

### 1. Identificação do material bibliográfico: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Monografia                       Artigo Científico.

### 2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Nome completo do(a) autor(a): Marluce Nunes de Lima Silva

Título do trabalho: O olhar da escola sobre os alunos com deficiência

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a publicação, torna-se imprescindível o envio do arquivo em formato digital na extensão .pdf e .xls ou .xlsx do trabalho.

Urutaí, 10 de Outubro de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) autor(a)

<sup>1</sup> Neste caso o documento ficará embargado por até um ano, a partir desta data de defesa. A disponibilização poderá ainda ser realizada em qualquer tempo, assim como a extensão do embargo (esta carece de justificativa), desde que solicitadas por escrito junto à Coordenação do curso. Os dados do trabalho não serão disponibilizados durante o período do embargo.



SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL MINISTÉRIO  
DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -**

*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*



## **Anexo II**

### **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO**

Ao(s) 08 dia(s) do mês de Outubro de dois mil e vinte e dois, às 13 horas e 00 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Tatiana G. Sampaio (orientador), Debora Carla de Souza Carvalho (membro), Geissiene Soares dos Santos (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “Licenciatura em Pedagogia” do(a) estudante Marluce Nunes de L. Silva Matrícula nº 2018201221350424 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Orientador/Presidente da Banca

Membro

Membro

Acadêmico

# O OLHAR DA ESCOLA SOBRE OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA<sup>1</sup>

Marluce Nunes de Lima Silva<sup>2</sup>

Tatiana Guimarães Sampaio<sup>3</sup>

## RESUMO

No estudo e análise de pesquisas, aprofundando em conhecimentos, investigações e analisando a realidade social vivenciada na atualidade, surge questões que nos fazem pensar e indagar se realmente a educação inclusiva está sendo executada da forma que preconiza as leis. No contexto geral, deve-se analisar os quesitos de maior relevância ou crítica, que podem contribuir ou não para o desenvolvimento e aprendizado de todos os alunos, identificando reais problemas enfrentados por pessoa com deficiência ao entrarem na escola e se adaptarem no meio escolar. Pode-se afirmar que, é essencial entender a importância da educação inclusiva diante a realidade em que vivemos de diversidades sociais. Esse entendimento é benéfico para os estudantes, professores e principalmente para a sociedade em geral, contribuindo assim, para o desenvolvimento de práticas que preparam os estudantes para a vida na comunidade, melhoram as habilidades dos profissionais que estão na linha de frente para a execução da educação e dessa forma a sociedade torna-se consciente e valoriza o ambiente social, podendo oferecer oportunidades iguais para todas as pessoas sem distinção. Analisando o processo de evolução da educação e constatando que mesmo não sendo recente a frequência da população e de EPAEE nas escolas regulares, esse tema está em uma nova dimensão desde a década de 90, (com a elaboração do Plano Decenal Para Todos 1993) e mais recentemente com a Resolução 02/01 e o Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade (2003), que começou a ser implantado nas escolas brasileiras nos diferentes municípios do país, no ano de 2004. Sendo assim é necessário buscar entender como toda a equipe escolar recebe um aluno com deficiência, como é sua adaptação, convivência no ambiente escolar, a contribuição familiar e o processo de aprendizagem diante de cada dificuldade do mesmo em particular.

**Palavras- Chave:** Educação Inclusiva. Deficiência. Ensino-aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado na disciplina de TCC II do curso de Licenciatura em Pedagogia (EPT) na Modalidade a Distância, Polo Universidade Aberta do Brasil - UAB, do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia (EPT) na Modalidade a Distância, Polo Universidade Aberta do Brasil - UAB, do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

<sup>3</sup> Professora do curso de Licenciatura em Pedagogia (EPT) na Modalidade a Distância, Polo Universidade Aberta do Brasil - UAB, do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

## ABSTRAT

In the study and analysis of research, deepening knowledge, investigations and analyzing the social reality experienced today, questions arise that make us think and ask if inclusive education is actually being carried out in the way that the laws recommend. In the general context, the most relevant or critical aspects must be analyzed, which may or may not contribute to the development and learning of all students, identifying real problems faced by people with disabilities when entering school and adapting to the school environment. It can be said that it is essential to understand the importance of inclusive education in the face of the reality in which we live in social diversities. This understanding is beneficial for students, teachers and especially for society in general, thus contributing to the development of practices that prepare students for life in the community, improve the skills of professionals who are on the front line for the execution of the education and in this way society becomes aware and values the social environment, being able to offer equal opportunities to all people without distinction. Analyzing the process of evolution of education and noting that even though the frequency of the population and EPAEE in regular schools is not recent, this theme has been in a new dimension since the 90s, (with the elaboration of the Ten Year Plan for All 1993) and more recently with Resolution 02/01 and the Inclusive Education Program: Right to Diversity (2003), which began to be implemented in Brazilian schools in different municipalities in the country, in 2004. Therefore, it is necessary to seek to understand how the whole team school receives a student with a disability, how is their adaptation, coexistence in the school environment, family contribution and the learning process in the face of each difficulty of the same in particular.

**Keywords:** Inclusive education. Deficiency. Teaching-learning.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa e escrita desse artigo, intitulado como “O olhar da escola sobre os alunos com deficiência” almeja identificar alguns dos reais problemas enfrentados por pessoa com deficiência ao entrarem na escola e se adaptarem no meio escolar, é de extrema importância se aprofundar em pesquisas, investigações e conhecimentos, para buscar de forma científica, entender a dimensão do processo de aprendizagem na Educação Inclusiva, diante as diversidades entre as instituições de ensino, alunos e a família. Com o intuito de buscar demonstrar a importância do olhar do educador para o desenvolvimento das crianças, verificando se existe preconceito em relação aos alunos com deficiência e procurar assim, propor possíveis soluções para demonstrar que é possível a inclusão.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois busca o entendimento de aspectos subjetivos, de fenômenos sociais e do comportamento humano de forma documental. Segundo Denzin e Lincoln (2006): A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Nesse sentido, o modo de pesquisa é participativo, exigindo uma descrição detalhada de todo o componente que o envolve, tem como fonte direta de dados o ambiente natural e o pesquisador. Quanto à natureza, refere-se a pesquisa básica, pois será focada na melhoria das teorias científicas com o intuito de aprovisionar as inovações da ciência aplicada. Quanto ao procedimento a pesquisa será de revisão bibliográfica, baseando-se na pesquisa e consulta literária disponível do tema em questão.

Desse modo, podemos entender que a pesquisa deve se nortear através do estudo da teoria já publicada, para que traga relevantes conhecimentos do tema analisado, permitindo conhecer minuciosamente o fenômeno em estudo.

O espaço escolar tem o papel fundamental no desenvolvimento dos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE), sendo assim deve estar sempre dentro do que determina as legislações vigentes, se atentando para a formação dos professores e da sua equipe escolar, revendo suas estruturas, organização, acessibilidade, Projeto Político-Pedagógico (PPP), recursos didáticos, metodologias e

estratégias de ensino, e inclusive práticas avaliativas, para assim aprimorar as possibilidades de aprendizagem de todos os estudantes.

Juntamente com o importante papel da escola, a participação da família dentro e fora do ambiente escolar se torna indispensável para todo e qualquer processo de ensino-aprendizado e é importantíssimo para a inclusão escolar. O ambiente familiar, a estrutura da família e o acompanhamento escolar, contribui para o desenvolvimento correto da criança, o responsável sempre deve buscar obter conhecimentos relacionados ao contexto que abrange e ampara a criança dentro da educação inclusiva. O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90 O artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. A Política Nacional de Educação Especial 1994 acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

Durante a análise das pesquisas referentes ao tema em estudo, surge questões que nos fazem perguntar: realmente em todas as escolas a inclusão funciona da forma correta? Ou então, como a escola acolhe os alunos com deficiência? Qual o olhar do professor, equipe gestora e alunos sobre os alunos com deficiência? Devem-se enxergar as possibilidades ou as limitações desses alunos? A família consegue participar ativamente do desenvolvimento educacional da criança, junto a escola? São questões que podem estar acontecendo e proporcionando uma aprendizagem insatisfatória que pode refletir de forma negativa nos próximos anos escolares, acarretando um déficit no processo de ensino-aprendizagem e prejudicando o desenvolvimento da criança, podendo causar uma maior dificuldade na convivência e interação no meio escolar.

Diante os vários desafios enfrentados para a constituição de uma educação inclusiva, ainda está o romper com o preconceito, que mesmo diante a todas as evoluções vivenciadas, pesquisas comprovadas e estudos relativos sobre toda a diversidade social presente em nosso dia a dia, ainda, continua-se com uma educação que se prende na ideia de que todos são iguais, e devem ser tratados iguais. Diante disso, algumas escolas ainda se atrelam a conceitos inadequados ou possuem algum profissional que não está qualificado adequadamente, em que, no seu modo de

pensar e agir, não buscam estratégias para que as crianças demonstrem suas habilidades e potencial.

Diante o exposto, o artigo traz em sua estrutura os aspectos da inclusão, com um breve histórico de acordo com a Legislação Brasileira que garante a inclusão de estudantes com deficiência, juntamente com referenciais teóricos que direcionam as discussões abordadas sobre o tema em questão, dando seguimento para a conclusão.

## **DESENVOLVIMENTO**

Educação especializada ou inclusiva? A educação especializada é uma área de conhecimento que tem por objetivo avaliar o estudante, buscar novas estratégias, ofertar o atendimento educacional especializado, complementando ou suplementando e não necessariamente tendo como função escolarizar, mas sim de dar suporte para o aprendizado. Já a educação inclusiva é uma escola que tem como objetivo acolher a todos, promover o desenvolvimento e aprendizado de todos os alunos, inclusive os alunos do público-alvo da educação especializada.

A inclusão é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores. Essas mudanças requerem mais recursos da escola, gerando assim, menos limitações para as crianças. Cada criança tem a sua particularidade, cada indivíduo é único e não existe uma fórmula geral que funcione para todos em um tempo determinado. O ritmo da aprendizagem é individual para cada um, cada criança apresenta suas limitações e dificuldades, seja ela com deficiência, ou não.

Diante a isto, podemos abordar alguns dos componentes indispensáveis para a efetivação da educação inclusiva.

### **Educação Inclusiva um Breve Histórico**

A Educação Inclusiva surgiu nos anos 90, com avanços provocados por dois encontros internacionais: a Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990, e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha, caracterizando-se como um novo princípio educacional.

Todas as pessoas nascem livres e são iguais em dignidade e direitos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 1º). Baseado nesse fundamento,

pode-se afirmar que o processo de inclusão escolar deve ser sustentado e garantido, de acordo com o Congresso Internacional Sociedade Inclusiva

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e as liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável (Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, 2001).

Não só esse documento legal afirma a importância da constituição de espaços inclusivos, existem outros que também são de extrema importância para promover a Educação Inclusiva, dentre eles: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, Declaração de Salamanca; Convenção da Guatemala e a Declaração Internacional de Montreal.

A Legislação Brasileira garante a inclusão de estudantes com deficiência, independente de qual seja, nas escolas regulares juntamente com todos os alunos, mudando os valores da educação tradicional com a perspectiva pautada em discussões e práticas que incluem alunos que antes não pertenciam ao sistema regular.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). A Lei nº 7.853/89 [...] define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino [...].

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90 O artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. A Política Nacional de Educação Especial 1994 acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos,



recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) artigo 2º Determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais.

A Cartilha – O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular 2004 O Ministério Público Federal divulga o documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão; Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE 2007 Traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

O Decreto nº 6.094/07 Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2011 Projeto de lei ainda em tramitação. A Meta 4 pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.”

Diante disto, pode-se constatar que houve muitos avanços no decorrer dos últimos anos, no conceito da Inclusão e em questões de recursos para a efetivação da educação inclusiva, tanto na rede pública quanto na privada, hoje se tem numerosos recursos e recursos humanos que devem existir e que são direitos fundamentais para todos.

As escolas inclusivas propõem um modo de constituir o sistema educacional que considera as especificidades de todos os estudantes, oferecendo um ensino que desenvolva suas habilidades e potencialidades para que assim a inclusão se concretize. É necessário repensar a forma com que as escolas estão sendo organizadas e a forma que algumas ainda estão agindo e colocar em prática o princípio da educação para todos.

A escola tem o papel fundamental no espaço social e na inclusão, deve-se estar constantemente reconhecendo todos os direitos existentes, se adaptando a diversidade social e estar sempre em constante construção de conhecimento nas práticas pedagógicas que inclua todos os estudantes. Segundo Figueiredo (2002, p.68),

Efetivar a inclusão, é preciso (...) transformar a escola, começando por desconstruir práticas segregacionistas. (...) a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais.

São diversos os debates sobre a constituição de uma escola inclusiva, onde demandam várias pesquisas e conhecimentos na área para identificar seus aspectos e assim auxiliar o ensino aprendizado dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, caracterizados pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) como Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE). Diante as legislações vigentes, esses estudantes devem ser incluídos nas classes comuns das escolas regulares. Segundo o art. 3º, inciso IV, a Declaração de Salamanca (1994) descreve:

[...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou população nômade, crianças pertencentes a minoria linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que tem deficiências graves.

Nesse contexto as escolas inclusivas tem o papel fundamental na aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos e principalmente dos EPAEE, desde a chegada ao sistema de ensino, o acolhimento e conseqüentemente a formação de laços afetivos, até o ensino aprendizagem, devendo levar em conta a responsabilidade da instituição de ensino perante a constituição e a sociedade juntamente com a importância da formação dos professores e da equipe escolar, suas estruturas, organização, acessibilidade, Projeto Político-Pedagógico (PPP), recursos

didáticos, metodologias e estratégias de ensino e práticas avaliativas, com o intuito de aperfeiçoar as possibilidades de aprendizagem de todos os estudantes.

### **Por que Devemos Olhar Além da Deficiência?**

A ciência está em constante pesquisa, evolução e aperfeiçoamento, diante a esse grande avanço em estudos cada vez mais específicos e detalhados sobre o funcionamento do cérebro e o processo de aprendizagem e desenvolvimento, a Neurociência (campo científico que se dedica ao estudo do sistema nervoso), afirma que todos podem aprender dentro das suas especificidades, porque a capacidade de criar conexões entre os neurônios está presente durante todo o decorrer da vida, expandindo ainda mais a área educacional e a visão sobre a aprendizagem, especialmente dos alunos, que conseqüentemente demandam um maior cuidado, observação e dedicação dos profissionais de educação. Fitó (2012) reforça: “Conhecer as bases cerebrais das diferentes dificuldades de aprendizagem é fundamental para ajudar as crianças com mau desempenho na escola. O fracasso escolar diminuiria se o sistema educativo oferecesse assistência efetiva para os alunos com dificuldades.”

As crianças com dificuldades de aprendizagem apresentam atitudes, comportamentos e características que divergem da maioria, possibilitando ao educador perceber com mais facilidade que algo diferente está acontecendo. Quando essa dificuldade no cotidiano escolar não é reconhecida e atendida da forma correta, proporciona uma aprendizagem insatisfatória que pode refletir de forma negativa nos próximos anos escolares, acarretando um déficit no processo de ensino-aprendizagem.

Atualmente as salas de aula apresentam uma grande diversidade social, uma interação entre alunos que apresentam alguma dificuldade, deficiência, classe social diferente, culturas distintas, entre outros, mas, cada um desses alunos sem extinção, apresentam possibilidades de aprendizado, conforme suas diferenças individuais, sendo em grau elevado ou não, podem se desenvolver de alguma forma. Diante a esse leque de diversidades, o educador em sala de aula, deve aprofundar o olhar cuidadoso e observador, analisando em individual cada criança de sua turma, no intuito de conhecer suas individualidades através da prática pedagógica, entre conversas e atividades direcionadas ao conhecimento de seus interesses.

## **O Olhar da Escola Sobre os Alunos com Deficiência**

A inclusão de crianças nas escolas regulares é um processo complexo, necessitando que se olhe de forma individualizada e colaborativa, contemplando as habilidades e dificuldades da criança. Necessita-se do envolvimento com a garantia do sucesso da aprendizagem em um ambiente harmônico e respeitador, colaborando para a construção da cidadania com justiça e dignidade, juntamente com a capacidade de aceitação das diversidades dos indivíduos, na sociedade e na escola, garantindo acesso igualitário a todos.

Pode-se destacar que o fracasso escolar direcionado as crianças com dificuldades de aprendizado, conseqüentemente pode estar ligado diretamente ao fracasso da instituição de ensino escolar, quando a mesma não oferece o apoio adequado aos alunos, em que mesmo vendo que aquela criança necessita de um olhar diferenciado, age com negligência, como se alguns educadores não se importassem com o conceito da inclusão e do aprendizado, não exercendo o seu real papel dentro da educação e perante a comunidade que depende de suas estruturas e seu conhecimento para exercer o processo de ensino-aprendizado, conforme Palanga (2015) ressalta:

A aprendizagem teria mais chance de ser efetiva quando pautada nas necessidades da criança. Primeiro, porque o interesse partiria da própria criança, revelando que seu nível de organização mental está apto a realizar tal aquisição, já que a necessidade traz implícitas as formas ou estruturas cognitivas das quais a criança dispõe. Segundo, porque a aprendizagem passaria a ser o meio pelo qual a necessidade pode ser satisfeita, tornando-se necessária.

Diante este contexto, pode-se afirmar que a aprendizagem deve ser estabelecida diante a necessidade de cada criança que irá recebê-la, a fim de realmente ser efetivada. Cada indivíduo tem suas particularidades, vivências, condições de vida diferentes e por vezes pode não aprender com os mesmos métodos de ensino ou metodologias e seguindo os mesmos padrões e ritmos, cada estudante tem sua forma de assimilar a aprendizagem e é de extrema importância que o educador tenha qualificação adequada e competência para realmente promover uma aprendizagem significativa e inclusiva para todos.

Faz-se necessária a reestruturação das escolas, com apoios pedagógicos aprimorados. A criança necessita que realmente haja um olhar individualizado voltado

a cada uma delas, que consiga detectar suas limitações e dificuldades, um olhar que acima de tudo traga o acolhimento, o carinho e o respeito. Segundo Camacho (2003, p.9) as mudanças têm como propósito

Estabelecer um tipo de escola capaz de adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças como um elemento de valor positivo, e a abertura de um espaço pluralista e multicultural, no qual se mesclam as cores, os gêneros, as capacidades, permitindo assim o acesso a uma escola, uma educação, na qual todos, sem exclusão, encontrem uma resposta educativa de acordo com as suas necessidades e características peculiares.

A escola exercendo seu papel junto à inclusão, mudaria inúmeras vidas, vidas essas em que muitas vezes não se tem o olhar acolhedor em seu meio familiar, que necessita que a escola transmita seu conhecimento não só para os alunos mas também para as famílias, para que assim a criança seja acompanhada e consiga receber os recursos necessários para promover sua aprendizagem.

Um dos desafios existentes para a constituição de uma escola inclusiva, ainda é o preconceito velado, presente na atualidade dentro do ambiente escolar nas suas mais variadas dimensões, dentre elas a física; mental; racial; moral; social... O preconceito velado acontece quando alguém tem a ação de fazer algo preconceituoso, mas não tem a noção da gravidade do preconceito. É necessário que exista respeito e conscientização entre as diversidades e que no meio escolar haja profissionais qualificados dentro do conceito de inclusão, que exista uma educação que respeite os direitos e promova a equidade, visando o respeito as diferenças, Segundo Baptista (2006, p.91)

A educação desse movimento mostra uma tendência que mantém e atualiza princípios norteadores de uma educação “ampla”, propondo a inclusão escolar, cujos pontos fundamentais seriam uma ampliação dos sujeitos inseridos em contextos comuns de ensino e a necessária transformação da escola e das alternativas educacionais, no sentido de promover a educação dos alunos em geral.

Nesse sentido, a estruturação da escola juntamente com profissionais qualificados são fundamentais para exercer a inclusão, a pessoa com deficiência necessita de recursos e recursos humanos, que são ofertados pela educação inclusiva. O mediador, caracterizado como um dos recursos humanos de grande importância para o cuidado e para uma melhor aprendizagem destas crianças e que

deve estar dentro das estratégias da escola inclusiva, com a proposta de trazer interação no meio educacional e traduzir o que o professor está ensinando para que haja um melhor entendimento de ambas as partes, sendo o apoio que a criança necessita.

Diante da construção de uma escola inclusiva, as instituições escolares devem garantir o acesso ao conhecimento, pensando em ações, estratégias, projetos e espaços para propor, para cada criança a oportunidade de aprender. Mantoan (1997, p.120) explica que

[..] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Dessa forma, entende-se que o processo da inclusão faz parte da evolução da educação, em que busca estar em constante aperfeiçoamento diante as diversidades existentes e necessita que os educadores e todos os envolvidos diretamente nesse contexto da educação busquem se aperfeiçoar profissionalmente e em suas práticas na rotina escolar, para que a inclusão escolar em todo o seu contexto se propicie, efetivando a aprendizagem para todos e conseqüentemente para as pessoas com deficiência

### **Participação da Família**

A família é um agrupamento humano em constante evolução, como afirmam vários autores, não existe um modelo de família ditado como o certo, mas sim infinitudes de modelos familiares, com identidades próprias, culturas diferentes, algumas com traços em comuns e com singularidades, mas basicamente todas tem o mesmo intuito, de prover a sustentabilidade, proteger seus integrantes e contribuir para seu desenvolvimento. Segundo Bock (2004 p.249)

A família, do ponto de vista do indivíduo e da cultura, é um grupo tão importante que, na sua ausência, dizemos que a criança ou o adolescente precisa de uma "família substituta ou devem ser abrigados em uma instituição que cumpra suas funções materna e paterna, isto é, as funções de cuidados para a posterior participação na coletividade.

Diante disto, pode-se afirmar que a participação da família fora e dentro da escola se torna indispensável para todo e qualquer processo de ensino aprendizagem e é importantíssimo para a inclusão escolar. Porém, para diferentes autores, independentemente da origem do problema, é dentro do contexto familiar que as dificuldades serão amenizadas ou multiplicadas. (POLITY, 1998)

Embora sejam bem delimitadas as diferenças entre o meio familiar e o meio escolar, constata-se a eficácia da ação normalizadora da instituição escolar sobre as crianças e jovens quando são respaldadas pelo conhecimento, apoio e acompanhamento da família. De uma maneira geral, sobre o conceito da relação família e educação, afirma NÉRICI, (1972, p.12)

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações, em sentido de aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade [...] A influência da Família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la. [...] A educação para ser autêntica, tem de descer à individualização, à apreensão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações. [...] O processo educativo deve conduzir à responsabilidade, liberdade, crítica e participação. Educar, não como sinônimo de instruir, mas de formar, de ter consciência de seus próprios atos. De todo geral, instruir é dizer o que uma coisa é, e educar é dar o sentido moral e social do uso desta coisa".

A família desempenha um papel fundamental na educação formal e informal, em todo o seu espaço são absorvidos valores éticos e humanitários, podendo assim, aprofundar os laços de solidariedade, desenvolvimento e aprendizagem. Segundo Kaloustian (1988), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É no meio familiar que se propicia as contribuições afetivas e sobretudo contribuições aos recursos necessários para o desenvolvimento e bem-estar de seus componentes.

Ambas as instituições, escolares e familiares, tem papel importantíssimo no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, cada qual tem seu papel individual no processo de educá-las, mas que só funciona se ambas caminharem juntas com uma boa afinidade. Parolin (2008, p.01) ressalta

Destaco que o papel da família na formação e nas aprendizagens das crianças e jovens é ímpar. Nenhuma escola por melhor que seja, consegue substituir a família. Por outro lado, destaco também que a função de escola na vida da criança é igualmente ímpar. Mesmo que as famílias se esmerem em serem educadoras, o aspecto socializador do conhecimento e das relações não é adequadamente contemplado em ambientes domésticos.

Sendo assim é insubstituível e fundamental o papel da família para o desenvolvimento e aprendizado da criança. Ao analisar o processo de ensino aprendizagem, deve-se levar em conta a vivência que a criança possui, a sua condição de vida fora ou anterior à escola e a questão familiar, pois são fatores fundamentais para seu desenvolvimento e para o processo de aprendizagem.

A escola é um lugar de sistematização, ampliação e aquisição de conhecimentos, mas a criança não aprende somente na escola, o que é vivenciado fora dela também é importante nesse processo, não só para as crianças com dificuldades de aprendizagem, mas para todas as crianças.

Pode acontecer situações em que a escola faça o seu devido papel dentro do contexto da inclusão, acolha a criança, forneça os recursos necessários para seu aprendizado, tenha aquele olhar individualizado com aquela criança que apresenta dificuldades e ou limitações no meio escolar, mas não tenha a cooperação do meio familiar, onde o responsável não contribui diretamente, não leva a criança ao atendimento médico para o acompanhamento quando necessário, não acompanha as atividades de casa ou a rotina escolar, sendo assim não está contribuindo para o desenvolvimento e nem estimulando o aprendizado da criança. E, não se pode jogar essa responsabilidade somente para a instituição escolar, que precisa do apoio do meio familiar para que juntas promovam a aprendizagem.

Essa ligação entre escola e a família, não beneficia somente o aprendizado da criança, mas também a escola e os professores, os professores ao terem esse apoio sentem seu trabalho mais valorizado e se esforçam cada vez mais para garantir essa satisfação. A escola, que, ao se unir a família, passa a ter mais recursos comunitários para exercer com êxito suas funções e transmitir o aprendizado ideal para as crianças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se que mesmo diante do que prevê as legislações vigentes, garantindo perante a lei que todos os estudantes sem distinção devem ser incluídos



nas classes comuns das escolas regulares, ainda existem práticas segregacionistas, em que podem estar presentes muitas vezes de forma velada e acontecer tanto no meio escolar, quanto no ambiente familiar, onde defendem ou aplicam algum tratamento injusto, desigual e inapropriado com base em algum preconceito, acarretando inúmeros prejuízos a quem à sofre, como também ocasionar um déficit no processo de ensino-aprendizagem.

A escola tem o papel fundamental no espaço social e na inclusão, sendo a porta de entrada para o aprendizado e desenvolvimento de todos e qualquer aluno. O meio educacional tem a responsabilidade da instituição de ensino perante a constituição e a sociedade, dessa forma, para exercer seu papel de forma correta deve estar sempre em avanço, buscando reconhecer e cumprir o que preconizam as leis e se adaptando diante a diversidade social, com profissionais devidamente qualificados dentro do conceito de inclusão e estar constantemente em construção de conhecimento sobre as práticas pedagógicas que possam ser executadas com todos os alunos sem distinção, diante da necessidade de cada criança, ocasionando o ensino-aprendizagem. Além disso, a escola deve se aperfeiçoar em estruturas, acessibilidade, organização, na construção do PPP, nos recursos didáticos, metodologias, estratégias de ensino e práticas avaliativas.

Apesar da escola ter o papel fundamental no ensino-aprendizagem, necessitando estar em constante aperfeiçoamento e avanço educacional, dificilmente irá ter êxito sem a participação familiar, sendo assim, ambas as partes têm caráter essencial e determinante para todo e qualquer processo de ensino-aprendizagem, devendo assim, caminharem juntas e com uma boa afinidade, para a construção da identidade, autonomia e cidadania do aluno. A participação da família dentro e fora da escola é indispensável, sendo a partir deste contexto que as dificuldades poderão ser reduzidas ou aumentadas pela falta de empenho da mesma, exercendo assim, uma grande influência no sucesso ou no fracasso escolar das crianças.

Portanto, para realmente promover uma aprendizagem significativa e inclusiva para todos é necessário o comprometimento da escola e da família, buscando incansavelmente o avanço educacional juntamente com importantes repercussões políticas e sociais referentes a inclusão. É preciso efetivar a inclusão, não somente a escola precisa dessa transformação, mas principalmente as crianças necessitam desse avanço educacional.

Conclui-se então, que não depende somente dos pais ou da instituição de ensino, mas ambas devem caminhar juntas no mesmo intuito de promover a educação. Se os pais se atentarem que todos podem aprender dentro das suas especificidades, mesmo os que demandam um maior cuidado, como afirma a Neurociência, buscando obter conhecimento sobre o assunto, sobretudo no que determina a legislação vigente e a instituição de ensino exercendo seu real papel, com profissionais qualificados dentro do conceito de inclusão, juntamente com recursos necessários para o acolhimento dessas crianças, pode-se realmente promover uma aprendizagem significativa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O olhar do professor.** Disponível em: <<https://contadoresdestorias.wordpress.com/2012/02/19/o-olhar-do-professorrubem-alves/>> Acesso em: 25 ago. 2021.

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque et al. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011).** Rev. Econ. Sociol. Rural 51 (4) Dez 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>> Acesso em: 15 set. 2021.

BARBOSA, Juliana. **A importância da participação familiar para a inclusão escolar.** IpatingaMg: 2011. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011\\_JulianaSilveiraBrancoBarbosa.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011_JulianaSilveiraBrancoBarbosa.pdf) Acesso em: 28 agos. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL ESCOLA. **Interação Entre Escola e Família no Processo de Ensino e Aprendizagem da Criança.** Disponível em: <<https://monografias.brasile scola.uol.com.br/educacao/interacaoentre-escola-familia-no-processo-ensino-aprendizagem.htm>> Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9304/96**. Brasília: 1996.

CANAL SAÚDE OFICIAL. Em Família - **Inclusão do Aluno com Deficiência**. 23 de ago. de 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/MhCzSsRe6JE>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CARVALHO, Carolina. **Conhecendo a inclusão escolar sob o olhar do professor. O que a experiência tem a dizer?** Brasília: 2015. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15086/1/2015\\_CarolinaAlvarengaDeCarvalho\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15086/1/2015_CarolinaAlvarengaDeCarvalho_tcc.pdf)> Acesso em: 28 ago. 2021.

COUTINHO, Dilci. **Pedagogia do Olhar Rubem Alves**. 10 de jan. de 2014. Disponível em: <https://youtu.be/20IRA0ojcxc> Acesso em: 28 ago. 2021.

DRUMOND, Kelly. **Escola Inclusiva: Uma Educação para Todos**. Disponível em: <<https://www.somoseducacao.com.br/escola-inclusiva/>> Acesso em: 25 ago. 2021.

MANTOAN, Maria. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan**. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83OESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2021.

POLIEDRO SISTEMA DE ENSINO. **Qual é o papel da escola na inclusão?** Disponível em: <<https://www.sistemapoliedro.com.br/blog/qual-e-o-papel-da-escola-nainclusao/>> Acesso em: 26 ago. 2021 às 01:31.

SANTOS, Daniela; VOLTARELLI, Pâmela; Santos, Danielle. **A importância da escola inclusiva para o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da educação especial**. 2016. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20ESCOLA%20INCLUSIVA%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DOS%20ESTUDANTES%20P%C3%9ABLICOALVO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2021.

SILVA, Emanuelle Gonçalves da Rocha; SILVEIRA, Helena Maria Velloso da. **Capacidade ou**

**deficiência: o que olhar no aluno incluído?** Revista Educação Pública, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020.

Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/capacidade-oudeficiencia-o-que-olhar-no-aluno-incluído>> Acesso em: 26 ago. 2021.

TV USP Bauru. **Linha do Tempo: Educação Inclusiva.** 23 de nov. de 2015.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a4Ntfg98xIY&t=443s>>

Acesso em: 31 ago.2021.

VELTRONE, Aline. **A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental.** São Carlos: 2008.

Disponível em:

<<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2990/1857.pdf?sequence=1>>

Acesso em: 29 ago. 2021.